

Turismo na **Área de Represa** de Ibitinga no Rio Tietê: **Trajetória evolutiva** em **Arealva**, São Paulo, Brasil

ÉRICA BANUTH * [ericabanuth@gmail.com]

MIRIAN REJOWSKI ** [mirwski@gmail.com]

SÊNIA BASTOS *** [seniastostos@gmail.com]

Resumo | Este trabalho aborda a ocupação e uso turístico das margens do rio Tietê no município de Arealva (São Paulo, Brasil), a partir da construção da Barragem de Ibitinga no período de 1960 a 2009. A pesquisa exploratório-explicativa fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais, entrevistas com dirigentes do município e moradores antigos, consulta à Internet sobre dados do município e observação *in loco*. A trajetória evolutiva do turismo na região é analisada em quatro fases, destacando a Praia Municipal como a atração turística e de lazer, atualmente em decadência, que marca o início e crescimento dos ranchos e loteamentos às margens do rio Tietê. O turismo fluvial nessa área parece não ser prioritário para as políticas públicas, face à falta de investimentos e ordenação do uso público e turístico.

Palavras-chave | Turismo fluvial, Áreas de represa, Evolução do turismo, Ocupação e uso turístico, Arealva (Brasil).

Abstract | This article analyses tourist uses of Tiete River waterfront in Arealva City (São Paulo, Brazil) from 1960 until 2009 (when Ibitinga Dam was built). It is an exploratory and explicative research, grounded on bibliographic and documentary sources as well as interviews with officials and old dwellers in town, Internet research and *in loco* observation. Regional tourism evolution is analysed along four stages, with special attention to the beach under local government control (Praia Municipal) as a tourist and leisure attraction, which is at present in decay, at the same moment that second homes and urbanizations begin to grow at Tiete riverbanks. Lack of investments and ordination of tourist and public use are indicators that fluvial tourism does not seem to be a priority for public policies.

Keywords | Fluvial tourism, Dam areas, Tourism evolution, Tourism settings and tourist use, Arealva (Brazil).

* **Mestrado em Hospitalidade** pela Universidade Anhembi Morumbi, especializada em Planejamento e Marketing Turístico e **graduada em Turismo. Docente** do curso de turismo da Universidade do Estado de Mato Grosso.

** **Doutorado em Ciências da Comunicação** (Turismo) e **Livre Docência** em Teoria do Turismo e do Lazer pela Universidade de São Paulo. **Professora titular** do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. **Pesquisadora** PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

*** **Doutorado em História** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Professora titular** do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi.

1. Introdução

Os recursos hídricos em ambientes aquáticos são utilizados em todo o mundo com distintas finalidades, como o abastecimento de água, a geração de energia, a irrigação, a navegação, a recreação, a aquicultura e a harmonia paisagística (Rezende e Botter, 2004). No âmbito do turismo, constitui-se como um segmento ainda pouco explorado, mas cujos subsegmentos podem ser caracterizados segundo o local, como: turismo fluvial, turismo em represas, turismo lacustre e turismo marítimo. O presente estudo enfoca o turismo em áreas de represas, onde além dos aspectos náuticos há outros componentes turístico-recreativos a serem considerados.

Com o passar do tempo, esses espaços foram utilizados para outros fins como piscicultura e turismo, a partir de instalações de hotéis, restaurantes, clubes, lojas, condomínios residenciais, equipamentos de lazer, instalações sócio-esportivas, parques e outras atividades náuticas de lazer e recreação direcionadas à comunidade local (Ana, 2005) e aos turistas/excursionistas. Tais instalações e empreendimentos ao redor de reservatórios são responsáveis por transformações nas suas margens, que se por um lado trazem benefícios econômicos, por outro podem tornar mais intenso o seu uso e comprometer a qualidade das águas e das margens (Queiroz, 2000).

Considerando a falta de estudos sobre o turismo fluvial no Brasil e a potencialidade que o país apresenta nesse segmento (Rocha, 2002), ao lado da falta de planejamento e ordenação de ocupação do espaço turístico às margens de rios, lagos e represas, percebeu-se a oportunidade de estudo nas áreas de represas da Hidrovia Tietê-Paraná¹. Ao analisar essas áreas, notou-se que uma área interessante a ser pesquisada, considerada de maior desenvolvimento turístico, é entre as usinas de Barra Bonita e Ibatinga, compreendendo nove municípios que são: Barra Bonita, Jaú, Pederneiras, Itapuí, Boracéia, Bariri, Itaju, Arealva e Ibatinga. No entanto, como essa área é extensa, optou-se por focar o município

de Arealva no qual o turismo ainda ocorre de forma relativamente espontânea e pouco ordenada.

Mediante tais preocupações, definiu-se como objetivo primário desta pesquisa, explicar a trajetória evolutiva do turismo na área da represa de Ibatinga em Arealva a partir da ocupação e uso turístico das suas margens. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-explicativa, desenvolvida com base em análise de conteúdo de documentos, informações da Internet, observação *in loco* e entrevistas. Este trabalho apresenta inicialmente fundamentos teóricos sobre o turismo em áreas de represa, para em seguida descrever e analisar os principais resultados da pesquisa, a partir da metodologia e caracterização da área foco de estudo, e das quatro fases evolutivas do turismo na mesma.

2. Turismo em áreas de represa

De acordo com Jacintho (2003), o avanço tecnológico alcançado pelo homem durante o século XX tem sido acompanhado de mudanças significativas na paisagem natural, gerando preocupações relativas à qualidade do ambiente. Nesse sentido, a implantação e operação de usinas hidrelétricas causam diversas alterações ao meio ambiente (Rezende e Botter, 2004).

As águas interiores tendem a ser o primeiro *habitat* a sofrer degradação, por serem locais onde os homens se estabelecem às margens dos rios e utilizam essas águas para diversas finalidades. Em especial, os locais onde existe a formação de lagos devido à construção de usinas hidrelétricas, ou seja reservatórios naturais ou artificiais, são mais sensíveis às consequências do uso da bacia no seu redor (Henry, 1999).

Vários são os impactos da construção de um reservatório, os quais podem ocorrer antes e após

¹ A Hidrovia Tietê-Paraná envolve um sistema de navegação formado a partir de um conjunto de eclusas, unindo lagos de usinas hidrelétricas situadas nos rios Tietê e Paraná, Bacia do Tietê-Paraná (CESP, 1999).

a construção, nos sistemas terrestres e aquáticos (Henry, 1999). Antes do represamento há o desmatamento, o desvio do rio, a retirada da vegetação, a captura e translocação da fauna silvestre e a remoção da população ribeirinha ou de áreas que serão inundadas. Durante o enchimento, e após o início do funcionamento do novo sistema hidroviário, alterações físicas, químicas e biológicas ocorrem em função da mudança do fluxo da água. Acrescenta-se a tais alterações o uso desordenado das áreas adjacentes (urbanização e atividades agropastorais, dependendo do potencial da região) e do próprio reservatório, incluindo pesca, recreação, navegação e geração de energia elétrica. Vários desses usos contribuem para o processo de eutrofização e contaminação dos reservatórios, principalmente quando estes estão próximos de centros mais urbanizados (Espíndola *et al.*, 2004).

O sucesso de empreendimentos situados às margens de represas e a qualidade das águas são fatores indissociáveis, podendo inviabilizar os seus usos com graves conseqüências para a economia regional, dada à importância da qualidade da água para as atividades geradoras de renda na região.

As regiões que apresentam recursos hídricos próprios para a atividade balnear pautam os estudos de Pereira (2006) sobre a Represa de Salto Grande, no município de Americana (SP); o de Leme (2007) sobre os impactos sócio-ambientais associados ao turismo na Represa de Jaguari-Jacaré no município de Bragança Paulista (SP) e problematiza o planejamento turístico; o de Tanaka (2008) sobre os impactos do turismo de segunda residência na Represa de Ituparanga, no município de Ibiúna (SP); e o de Queiroz (2000) sobre o processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário, demanda de lazer, instalação e expansão de loteamentos, além da implementação de infraestrutura urbana e comércio, o que torna mais intenso o comprometimento da qualidade de água da represa.

A ocupação das margens da represa pelos loteamentos privatiza essas áreas urbanas, sendo restrita apenas aos proprietários dessas residências.

As residências secundárias representam a posse sobre a terra e a apropriação da paisagem e dos recursos nas proximidades, de tal forma que chegam inclusive a impedir o acesso a alguns trechos das margens de rios.

Grande parte dos loteamentos de muitos municípios está situada às margens das represas. Alguns municípios tiveram a preocupação de não fechar as margens da represa, como é o caso do estudo de Martinópolis (SP) na área da Represa Laranja Doce (Avana *et al.*, 2004).

Um trabalho sobre residências secundárias a ser destacado é o de Tulik (1995), que estuda a presença, dimensão e expressividade destas do estado de São Paulo, com base nos censos de 1980 e 1991. Essa autora constrói e aplica o índice de participação porcentual de residências secundárias em relação ao total de domicílios em todos os municípios do estado e constata que o maior desenvolvimento das residências secundárias ocorreu na área rural, com a tendência de se localizarem perto das superfícies líquidas (mar, rios, represas).

Ainda em relação às residências secundárias, Garcia (2008) analisa a territorialidade do lazer e turismo por meio da sua introdução às margens do Baixo Rio Sucuruí, no município de Três Lagoas. Com essa preocupação, realiza um levantamento das principais características dos loteamentos e constata a existência de mais de mil ranchos localizados às margens do rio, sendo a maioria de seus proprietários oriundos do próprio município. Verifica que as áreas às margens da represa, que antes eram rurais e produtivas, adquiriram formas e funções “urbanas” após a intensa especulação imobiliária iniciada na década de 1970.

Sob outra ótica, Polo (2008) aborda o turismo fluvial no Reservatório de Promissão por meio de um estudo de caso da hospitalidade e do turismo receptivo na Prainha da Pedra Branca, em Promissão (SP). Recupera o processo desde a implantação da praia após a construção da represa até à sua interdição, concluindo que o conjunto de ações do poder público foi de certa forma incoerente para a recuperação do atrativo ou mesmo para a sua interdição efetiva.

Citam-se ainda outros dois estudos, sendo que no primeiro, Lino e Decanini (2002) apresentam um projeto de produção cartográfica de um atlas eletrônico na *Internet*, para disponibilizar informações turísticas de lazer para as represas do Estado de São Paulo, tendo como estudo de caso o Balneário da Represa Laranja Doce do município de Martinópolis (SP). No segundo, Leal e Pereira (2009) elaboram uma proposta de planejamento ambiental da bacia hidrográfica dessa represa mediante o mapeamento temático do seu estado ambiental (ou situação), como o uso e ocupação do solo, vegetação existente, impactos ambientais identificados, entre outros.

Os estudos acima citados mostram o interesse de pesquisadores em relação aos impactos gerados a partir do uso turístico e de lazer em diferentes áreas de represa, com destaque para a falta do planejamento e regulamentação de loteamentos de residências secundárias às suas margens. Por outro lado, indicam que a problemática de sustentabilidade de recursos turísticos e de lazer nessas áreas também carece de um planejamento e gestão responsável.

3. Turismo na área da Represa de Ibitinga em Arealva

3.1. Metodologia e caracterização da área

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória nas fases de “revisão da literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis” (Dencker, 2007: 151), uma vez que tem um planejamento flexível. Mas apresenta-se também como pesquisa explicativa, nas fases de elaboração do sistema de classificação e dos mapas geoturísticos, pois procura explicitar a ocorrência e as especificidades do turismo na região (Rejowski, 1997).

Para obtenção e coleta dos dados foram realizados levantamentos em fontes bibliográficas e documentais, com destaque para as atas da Câmara

Municipal de Arealva dos anos de 1972-1975, complementados por entrevistas com dirigentes e residentes do município. Consultaram-se ainda cartas topográficas, imagens de satélite, fotografias aéreas e fotografias antigas do município, cujas informações foram complementadas pela observação da oferta turística *in loco*.

A pesquisa de campo, realizada no município de Arealva, constituiu-se em duas fases. Na primeira fase, em julho de 2009, ocorreu o levantamento e a coleta de documentos, fotos e identificação dos componentes turísticos às margens do rio Tietê, mediante registro fotográfico e a marcação das coordenadas geográficas no GPS (*Global Position System*). Para a marcação de cada ponto, adotou-se a medida de imprecisão inferior a 20m. Na segunda fase, em novembro de 2009, aplicou-se entrevista aberta junto a moradores antigos e dirigentes locais para aprofundar a trajetória evolutiva do turismo na área de estudo, cujos depoimentos são citados em *italic*.

O município de Arealva faz parte da região administrativa de Bauru, localizada no Centro-Oeste do estado de São Paulo, às margens do rio Tietê na área da represa de Ibitinga. As suas principais atividades econômicas são a agricultura, com destaque para a produção de milho, arroz, mamona, cana-de-açúcar, café, laranja, alho, feijão, soja, grãos e hortifrutigranjeiros em geral, e a pecuária (corte e leite). Sua população em 2011 era estimada em 7.841 (IBGE, 2011). A topografia do município é homogênea, quase plana, estando a sede a 520m de altitude. Há a presença de mata atlântica e mata ciliar em redor do rio Tietê e nas áreas restantes predomina a vegetação tipo cerrado. (Prefeitura Municipal de Arealva, 2009).

Quanto ao turismo, a pesquisa de campo mostrou que os componentes turísticos e de lazer encontram-se próximo à região central e em pontos isolados nos dois extremos da área do município, sendo a Praia Municipal sua principal atração. A Figura 1 apresenta a distribuição desses componentes localizados na região dessa praia: balsa, rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira (Yuri), ciclovia,

Pousada da Praia, Camping da Praia, loteamentos e condomínios (ranchos), bar da balsa, barraca Pôr do Sol, barraca Lanchonete da Praia, Ilha da Praia, Praia Municipal de Arealva, instalações sanitárias na praia, área de embarque e desembarque de equipamentos náuticos, área de pesca, píer, loja Artesanato do

Campo, piscicultura Acqua Santa Clara e CEIB (Centro de Estudos Integrados da Biomecânica), além de dois dos sete loteamentos existentes na área. Assim, na área do represamento do rio surgiram instalações e equipamentos para fins turísticos e de lazer como citado no estudo de Ana (2005).

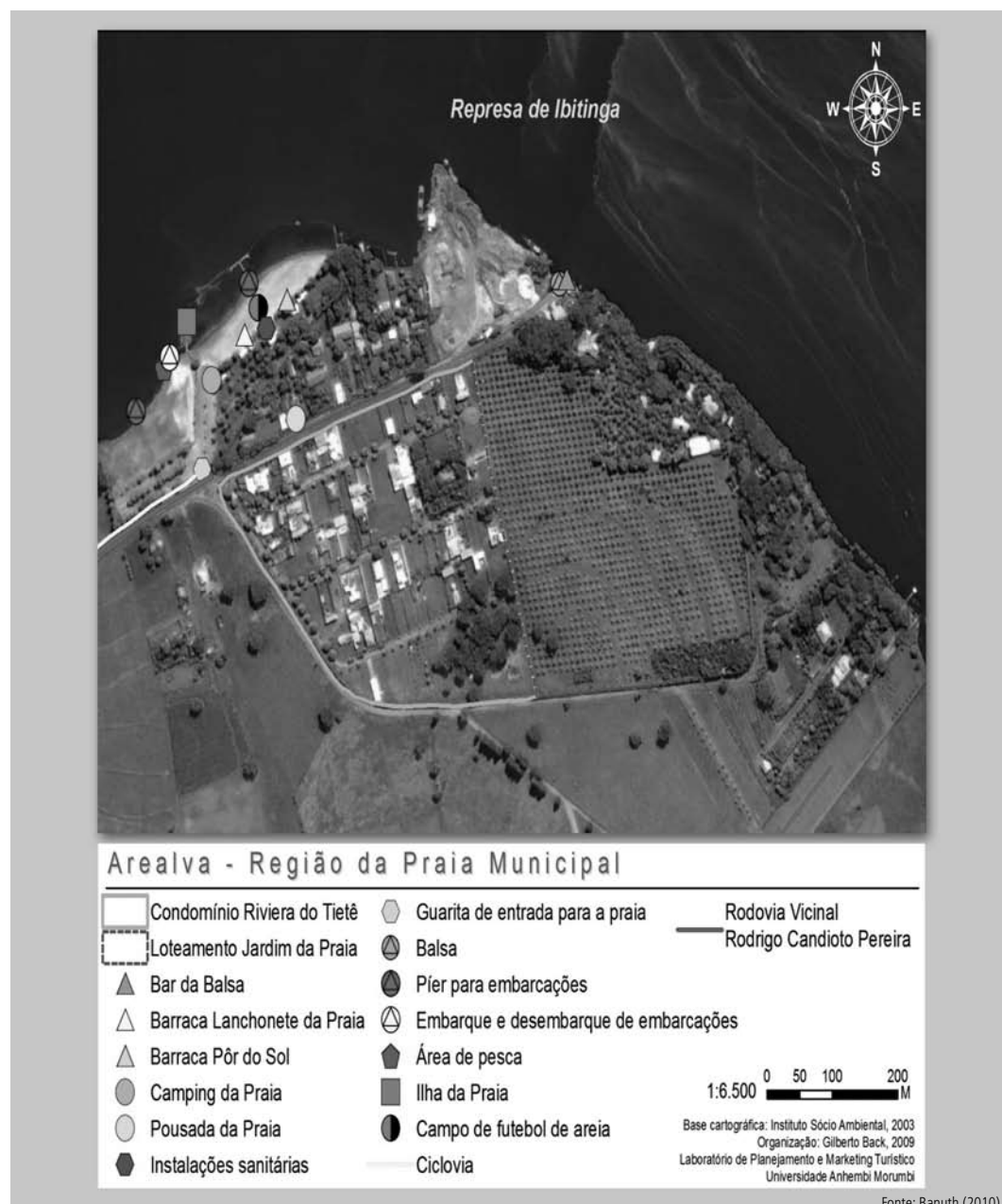


Figura 1 | Mapa região da Praia Municipal de Arealva.

3.2. Trajetória evolutiva

3.2.1. Turismo e lazer antes do represamento do rio Tietê (década de 1960)

Antes do represamento, o rio e a paisagem das suas margens apresentavam-se diferentemente do aspecto atual. Na década de 1960, o rio Tietê que corta Arealva era bem mais estreito do que hoje e propiciava atividades de lazer a moradores e excursionistas da região. Nele eram realizados diversos campeonatos de pesca e natação nos finais de semana, reunindo os moradores às margens do rio, onde eram feitos churrascos entre amigos e familiares. Também havia vários ranchos que hospedavam as pessoas das excursões e da região que praticavam a pesca e caça de animais como capivara, jacaré e pássaros.

Na época, o principal atrativo e área de lazer para seus moradores era a Ilha de Soturna com suas areias brancas e sua beleza natural, com cerca de 3 a 4ha, vegetação alta e muitos animais. De fácil acesso, pois se localizava próxima das margens do rio, o local era propício para banhos, onde as crianças brincavam na água e em suas areias brancas, e os adultos pescavam e faziam churrasco. As pessoas tomavam posse do lugar e acabavam construindo propriedades (ranchos) e até criando animais.

Nessa fase inicial percebe-se o desenvolvimento espontâneo do turismo associado ao lazer dos moradores locais, com a frequência de famílias e amigos em busca de lazer, da pesca e da caça.

3.2.2. Turismo e lazer após o represamento do rio Tietê

Com o represamento do rio e a finalização da construção da Usina Hidrelétrica de Ibitinga em 1969, o rio subiu 6 a 8m e a ilha ficou submersa. A concentração e variedade de peixes também diminuíram, embora tenham melhorado as condições de navegação para, inclusive, embarcações de maior porte. A mudança da paisagem é destacada pelos residentes entrevistados:

“a paisagem mudou totalmente, antes o rio era muito limpo e bonito, a água parecia uma piscina de tão transparente. Com a inundação desapareceu quase toda a floresta, os barrancos de areia, a ilha, alguns ranchos, tinha também uma grande pedreira muito explorada e hoje restou apenas um pedaço [...]”. “[...] a paisagem ficou mais bonita e melhorou a navegação, hoje é possível navegar até mesmo com grandes embarcações. Mas hoje em dia não tem mais a corrente que tinha e com isso os peixes diminuíram muito”.

Aqui se reafirma o exposto por Henry (1999) e Rezende e Botter (2004) acerca da degradação das águas interiores causadas pela implantação e operação de usinas hidrelétricas.

Em fevereiro de 1974, a prefeitura organizou um campeonato de pesca no município para arrecadar fundos para a construção de uma praia artificial. Em setembro daquele mesmo ano houve a desapropriação de área destinada à construção da Praia Municipal de Arealva, como local de lazer e de pesca aos seus residentes. A praia foi concluída no final de 1974 e havia apenas um grande barracão como local para a realização de churrascos e um píer para pesca. Logo passou a ser freqüentada pelos moradores do município e da região.

Após a construção da praia surgiram os primeiros loteamentos de recreio às margens do rio, com alguma concentração na sua confluência com o córrego Ribeirão Bonito, a Sudoeste, e mais próximo do centro da cidade, nas proximidades da praia. Nesses loteamentos foram construídos os chamados “ranchos”, denominação típica para residências secundárias em áreas de turismo fluvial no Brasil.

Ao primeiro, Jardim da Praia, seguiram-se os Recanto Eldorado e Vale do Sol. A implantação desses loteamentos não seguia as leis ambientais e a falta de fiscalização de órgãos públicos ocasionou um grande desmatamento da área verde do município, principalmente das matas ciliares e da mata atlântica, destruindo o *habitat* de várias espécies de animais. Essa desocupação desordenada na região de entorno da represa também ocorreu na represa

de Salto Grande (Pereira, 2006) como ressalta Queiroz (2000): os loteamentos transformam a paisagem local em privada, restringindo-a aos proprietários das residências secundárias.

Na década de 1980 houve uma aparente estagnação imobiliária, pois nenhum loteamento novo surgiu e também não houve melhoria na infraestrutura da praia ou a implantação de outras atrações às margens do rio. De acordo com os relatos, naquela década aconteciam ainda alguns campeonatos de pesca e na praia eram realizados campeonatos de futebol de areia e de vôlei de praia, com grande fluxo de visitantes. Não há registros de visitantes nessa fase, pois o acesso não era controlado.

Percebe-se, nesta segunda fase, a praia como importante local de lazer utilizado pelos moradores de Arealva e região, sendo ponto de encontro para os jovens “paquerarem”, as famílias se divertirem ou descansarem, e as crianças brincarem na areia e na água. Cita-se que a água era limpa e com boas condições para a atividade banhar, portanto ainda não há indícios de impactes significativos como citado por Jacintho (2003) ou Rezende e Botter (2004). Por outro lado fica claro que a praia estimulou a especulação imobiliária com a implantação de loteamentos, como destacado por Tulik (1995).

3.2.3. Turismo e lazer em expansão *versus* decadência da praia

Na década de 1990 registra-se a expansão da ocupação imobiliária das margens do rio pelo lançamento de novos loteamentos/condomínios: Mimi, Marilândia e Riviera do Tietê. Na Figura 2 tem-se uma visão da praia, cuja orla era bastante arborizada, com várias barracas em meio à vegetação.

A praia começou a ser utilizada como local de comemorações festivas, mas passou por um grande declínio provocado pela ocupação desordenada e irregular de barracas, conforme explica um dos entrevistados: *“eram cerca de 21 barracas que não pagavam nenhuma taxa para a Prefeitura e não tinha uma padronização; cada um construía da forma do seu próprio interesse e tinha gente morando dentro das barracas e usando água e energia...”*.

A maioria do público era pessoas de baixa renda, e ainda alguns marginais ou pessoas com hábitos pouco recomendados. Com isso, o local se transformou em ponto de venda de drogas, prostituição, onde ocorriam brigas e assaltos, afastando os residentes de Arealva. Nota-se que tal situação também ocorreu na represa de Jaguari-Jacaré quanto ao descaso por parte dos usuários da represa (Leme, 2007).



Fonte: Prefeitura Municipal de Arealva, 1997.

Figura 2 | Vista aérea da Praia Municipal de Arealva antes da reforma da praia.

Ao mesmo tempo, começaram a aparecer piranhas no rio, sendo registrados vários ataques a pessoas que se banhavam nas suas águas. Segundo Haddad e Sazima (2004), o represamento dos rios paulistas originou os remansos, locais favoráveis tanto à procriação de peixes e proliferação dos aguapés, onde as piranhas depositam seus ovos principalmente no verão (Henry, 1999). Por reunir condições desfavoráveis, a praia foi fechada para reforma no final da década de 1990.

3.2.4. Turismo e lazer com a reforma da praia até 2009

Nesta fase, registra-se como principal fato a reforma total da praia pela prefeitura municipal, implantando as seguintes benfeitorias em 2000: calçadão, guarita e portões de acesso à praia, dois quiosques, áreas para pesca, camping, e atracação de embarcações, e reforma do píer, estacionamento e instalações sanitárias². A reabertura da praia ocorreu naquele mesmo ano, ficando aberta diariamente com a cobrança de estacionamento de veículos nos

finais de semana e feriados. Também foi construída a ciclovia de acesso à praia e a Ilha da Praia, um pequeno local próximo à margem do rio Tietê. A Figura 3 retrata a praia após a sua reforma, e parte dos ranchos ou residências secundárias no Condomínio Riviera do Tietê.

A reforma da praia é descrita pelos entrevistados como benéfica, pois o nível dos frequentadores melhorou e os moradores voltaram a frequentá-la, sendo que o local ficou mais organizado e mais bonito. Ao mesmo tempo, citam que as pessoas com melhor poder aquisitivo compraram propriedades às margens do rio e implantaram seus ranchos com estrutura de lazer (piscina, quadras esportivas, píer etc.).

Com relação aos loteamentos nas margens do rio, apenas um novo loteamento foi lançado em 2007 – o Jardim Primavera. Até dezembro de 2009, Arealva contava com 29 loteamentos, sendo 7 nas margens do rio Tietê, ano em que também

² A praia localiza-se em área urbana do município, a 1.700 m do centro e se funcionamento é regido pela Lei municipal nº 13, de 12 de agosto de 2003 (Arealva, 2003).



Fonte: Prefeitura Municipal de Arealva, 2000.

Figura 3 | Vista aérea da Praia Municipal de Arealva depois da reforma - 2000.

foi promulgada a Lei Municipal nº 1.585 (Arealva, 2009) estabelecendo normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos e exigindo que os novos loteamentos cumpram essa legislação e implantem ou preservem áreas verdes. No entanto, não há menção a deixar as margens livres da represa para acesso de usuários como ocorreu na represa de Laranja Doce (Avana *et al.*, 2004).

Em 2008 a prefeitura deixou de cobrar as taxas de estacionamento de veículos e de camping na praia, e houve a deterioração de algumas benfeitorias. Registra-se assim nova decadência da praia, com o descaso dos seus visitantes e o afastamento dos residentes, além da sua inadequada gestão pública. Estabelece-se assim um ciclo vicioso de revitalização e declínio dessa atração turística, como já assinalado por Polo (2008), reforçando a inconstância da gestão pública.

Enquanto na década de 70 não se notavam impactes negativos na água da represa, na primeira década do século XXI estes já eram perceptíveis. Acredita-se que a urbanização das margens da represa com os loteamentos e condomínios, além de outros fatores, tenha contribuído para um processo de eutrofização elevado de suas águas (Espíndola *et al.*, 2004; Pereira, 2006) e comprometido a atividade de banhar da praia. Não se pode afirmar, como no caso da Praia Azul (Espíndola *et al.*, 2004), se houve depreciação das residências secundárias na área da represa em Arealva.

A Praia Municipal, tida como a principal atração turística e de lazer, está em deterioração e em declínio, e o principal componente turístico da área são as residências secundárias ou segundas residências, confirmando a preferência destas em áreas líquidas, citada por Tulik (1995), Queiroz (2000) e Garcia (2008).

Apesar de ser intenção da prefeitura reformar novamente a praia em 2010, com a previsão de investimentos para sua revitalização com a melhoria de infraestrutura, até o início de 2012 não houve qualquer ação nesse sentido. Em relação ao turismo na área da represa e no próprio município, verificou-

se ainda que não houve estudos para embasar o planejamento turístico, como os desenvolvidos por Lino e Decanini (2002), e Leal e Pereira (2009).

4. Considerações finais

Os resultados obtidos mostraram a trajetória do turismo na área da represa de Ibitinga em Arealva. A partir de quatro fases evolutivas da ocupação e uso das suas margens, mostra-se que o turismo e o lazer se concentraram na região Praia Municipal, que estimulou a implantação de loteamentos e condomínios de residências secundárias. O município carece de infraestrutura de hospedagem e alimentação e o único local de lazer público situado nas margens da represa é a Praia Municipal que está em franca decadência.

Não houve planejamento e gestão adequados da área estudada, cujos impactes ambientais negativos estão comprometendo as atividades de lazer e recreação e o fluxo de frequentadores da praia. A adoção de políticas públicas que apoiem e promovam o turismo pode ser fator de incentivo para o seu desenvolvimento, mas é necessário que haja um bom planejamento turístico baseado na sustentabilidade para a recuperação e conservação dos seus recursos.

A Praia Municipal não pode apenas receber outra reforma, como a que está prevista, pois essa medida não será suficiente para retomar o seu prestígio e desenvolver o turismo fluvial no município. O ideal seria uma aliança entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local para o desenvolvimento de um projeto que objetive a melhoria do turismo e do lazer não apenas no local, com base em planejamento e gestão sustentável, envolvendo tanto o turismo fluvial quanto outros segmentos como o turismo rural e o turismo de eventos no município.

Acredita-se que sem o engajamento e comprometimento de todos os envolvidos e, principalmente, a valorização do lazer para a comunidade local e a

melhoria da sua qualidade de vida, o turismo não cumprirá o seu verdadeiro papel. Ao mesmo tempo, há necessidade de novos estudos e pesquisas que registrem a história do município, a percepção dos residentes e turistas ou excursionistas quanto às atividades de lazer, os impactos do uso e ocupação do solo no meio ambiente, as formas de gestão pública nas últimas décadas, dentre tantos outros temas.

Bibliografia

- ANA [Agência Nacional das Águas], 2005, [http://www.ana.gov.br], (site acessado a 28 julho 2009).
- Arealva (Município), 2003, *Lei nº 13, de 12 de agosto de 2003*, Dispõe sobre o regulamento de leis da Praia Municipal de Arealva, Arealva, BR.
- Arealva (Município), 2009, *Lei nº 1.585, de 07 de julho de 2009*, Estabelece normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos, Arealva, BR.
- Avana, A., Favareto, G., e Valentin, B., 2004, *O turismo e o poder público: um estudo sobre a represa Laranja Doce no município de Martinópolis - SP*, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, BR.
- Banuth, E., 2010, *Turismo em áreas de represa: caracterização e evolução no município de Arealva (SP)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Anhembi Morumbi, BR.
- CESP [Companhia Energética Do Estado De São Paulo], 1999, *Hidrovia Tietê-Paraná: plano de complementação, operacionalização e fomento*, São Paulo, BR.
- Chaudrhy, F. H., 2000, Aproveitamento de recursos hídricos, in Castellano, E. G., e Chaudrhy, F. H. (eds.), *Desenvolvimento sustentado: problemas e estratégias*, EESC-USP, pp. 27-37.
- Dencker, A., 2007, *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*, Futura, São Paulo.
- Espíndola, E. L. G., Leite, M. A., e Dornfeld, C. B., 2004, *Reservatório de Salto Grande (Americana, SP): caracterização, impactos e proposta de manejo*, Rima, São Carlos, BR.
- Garcia, R. M., 2008, Territorialidade do lazer e turismo em uma área ribeirinha: análise do baixo rio Sucuriú, município de Três Lagoas (MS), *Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, Caxias do Sul, BR.
- Haddad, V. Jr., e Sazima, I., 2004, Mordidas de mãe, *Revista Ciência e Tecnologia no Brasil*, FAPESP, São Paulo, pp. 98.
- Henry, R., 1999, *Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais*, FUNDIBIO: FAPESP, Botucatu, BR.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas], 2011, [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/SP.pdf], (Site acessado a 20 maio 2011).
- Jacinto, L. R. C., 2003, *Geoprocessamento e sensoriamento remoto como ferramentas na gestão ambiental de unidades de conservação: O caso da área de proteção ambiental (APA) do Capivari-Monos*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, BR.
- Leme, F. B. M., 2007, Represas como lugares turísticos: novas funções e valorizações de uma paisagem sem memória, *I Seminário de Pesquisa em Cultura e Turismo da UESC*, Ilhéus, BR.
- Lino, K. C. O., Decanini, M. M. S. 2002, Projeto e produção cartográfica do guia turístico eletrônico das represas paulistas para web, *Revista Brasileira de Cartografia*, Vol. 54, pp. 42-57.
- Pereira, A., 2006, *Caracterização do uso e ocupação do solo na área de influência do reservatório de Ilha Solteira*, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, BR.
- Pereira, K. F., Leal, A. C., 2009, Planejamento ambiental da bacia hidrográfica da represa Laranja Doce - Martinópolis – SP, *Anais do XIII SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, Viçosa, CD-ROM.
- Polo, R. B., 2008, *Turismo fluvial no reservatório de Promissão (SP): estudo de caso da hospitalidade e do turismo receptivo na Prainha da Pedra Branca*, Dissertação de Mestrado, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, BR.
- Prefeitura Municipal de Arealva, 2009, [http://www.arealva.sp.gov.br], (Site acessado a 10 maio 2009).
- Queiroz, O., 2000, *Impactos das atividades turísticas em área de reservatório uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, Município de Itirapina, SP*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Carlos, BR.
- Rejowski, M., 1997, *Realidade turística nas pesquisas científicas: visão de pesquisadores e profissionais*, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, BR.
- Rezende, J., e Botter, R., 2004, Programa de gestão de resíduos e efluentes para marinas de águas interiores, terminais hidroviários de passageiros e embarcações de turismo e lazer em reservatórios, *Revista Engenharia Sanitária e Ambiental*, Vol. 9 (1), jan/mar, pp. 7-12.
- Rocha, A. A., 2002, *Rio Tietê: O rio e sua história*, SOS Mata Atlântica, [http://www.rededasaguas.org.br/nucleo/na_historia.htm], (Site acessado a 7 setembro 2009).
- Tanaka, J., 2008, *Os impactos do turismo de segunda residência na represa de Ituparanga*, Trabalho de Conclusão do Curso de Turismo, Universidade Estadual de São Paulo, Rosana, BR.
- Tulik, O., 1995, *Residências secundárias – presença, dimensão e expressividade do fenômeno no estado de São Paulo*, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, BR.